



**Entrevista:  
Claudia Andujar**

**Paulo César Boni**

## De passado turbulento a ativista com causa

Paulo César Boni\*

Foi uma experiência ímpar entrevistar a fotógrafa Claudia Andujar, à beira dos 80 anos de idade, mais de 50 dos quais dedicados à fotografia. Com uma memória absolutamente invejável, não precisou, em momento algum, recorrer a anotações ou livros para lembrar de nomes, datas e lugares.

Antes de visitá-la em sua residência, eu havia lido muita coisa sobre ela para me preparar para a entrevista. Confesso que minha admiração crescia e se consolidava a cada leitura, a cada declaração. Fiquei tão empolgado que acho que exagerei na primeira pergunta: “Como você gostaria de ser lembrada?” Ela pensou longamente, e suspirou; continuou pensando, e suspirou novamente; pensou mais um pouco, suspirou pela terceira vez, respondeu: “Não sei. Não estou preparada para responder essa pergunta. Podemos deixá-la para depois?”

Claudia Andujar nasceu na Suíça, em 1931. Sua infância e adolescência foram tumultuadas por vários fatores: a separação dos pais, as diversas mudanças de moradias, a Segunda Guerra Mundial, o sentimento de impotência ao ver seu pai e colegas serem levados aos campos de concentração, a mudança para Nova Iorque. Tinha tudo para ser uma “rebelde sem causa”. Tornou-se uma “ativista com causa”.

Filha de pai eslovaco de origem judia e de mãe suíça e evangélica, ainda bebê foi morar com a família na Transilvânia<sup>1</sup>, numa cidade chamada

\* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Editor da revista *Discursos Fotográficos*.

<sup>1</sup> A Transilvânia tinha essencialmente populações de cultura húngara e romena, além de uma minoria de ciganos. Ao longo da história, partes de seu território foram alternadamente dominadas pela Hungria ou pela Romênia, dependendo das conquistas políticas de cada um desses países. Quando Claudia Andujar nasceu, em 1931, o domínio era romeno, pois, desde o Tratado de Trianon (1920), a Transilvânia havia proclamado sua adesão à Romênia. Desde criança, Claudia falava húngaro, alemão e francês. Apesar de haver estudado, nunca falou fluentemente o romeno. Em 1942, durante a ocupação nazista, os alemães anexaram parte da Transilvânia à Hungria. Nagyvárad, em húngaro (ou Oradea, em romeno), permaneceu sob domínio húngaro até 1947. Administrativamente, o território hoje conhecido como Transilvânia consiste numa região constituída por dezesseis condados. Oradea é sua quarta mais importante cidade, com cerca de 210 mil habitantes.

Nagyvárad, em húngaro (ou Oradea, em romeno). Quando seus pais se separaram (ela tinha sete anos), foi morar com o pai, que não se conformava com a separação. Esta circunstância gerava conflitos constantes entre pai e filha. Num determinado momento, a justiça determinou que sua guarda fosse retirada do pai e ela passou a viver num internato de freiras católicas, uma espécie de convento, e estudar num colégio judaico. Em 1944, o convento foi fechado por causa da guerra e ela, então com 13 anos, foi morar com a mãe. Ainda em 1944, decidiram sair da Transilvânia (neste momento, anexada à Hungria pelos alemães). As cenas de guerra e perseguições étnicas, que tanto as incomodavam, eram constantes e poderiam ficar ainda mais acirradas com o eminente avanço das tropas russas sobre a Hungria. Em suma, a Europa toda estava um caos, vivendo os últimos conflitos da Segunda Guerra Mundial e isto era motivo mais que suficiente para as duas fugirem. A mãe de Claudia vislumbrou que seria melhor retornar à Suíça, país onde ambas nasceram.

Antes de voltar para a Suíça, porém, Claudia viu seu pai (pela última vez) e alguns colegas de escola, um dos quais (da mesma idade que ela, entre 13 e 14 anos) muito especial, assumido como seu primeiro amor “platônico”, serem marcados com a estrela de Davi – *Gyuri*. Em seguida, eles, como toda a população judaica de Nagyvárad (mais de 8.000 pessoas), foram levados para o extermínio em campos de concentração, principalmente o de Auschwitz, na Polônia, onde foram “tatuados” com um número de identificação no braço e morreram – ou foram mortos – meses depois de chegarem. A maioria foi executada em câmaras de gás. Seu pai, no entanto, morreu de febre tifóide, em Dachau.

Apesar de seu relacionamento com o pai não haver sido dos melhores, ela lembra com detalhes do último encontro, que a marcou para sempre, com dor e angústia. O fato do corpo de seu pai haver sido “jogado em uma vala comum” a incomoda até hoje.

De volta à Suíça, ainda adolescente, Claudia tentava reassumir e ajustar sua vida. Ela se sentia uma estranha num país como a Suíça, sem recordações de guerras e memórias de holocausto. Em 1946, um tio, irmão

de seu pai, convidou-a para ir morar e tentar a vida na América. Aos 15 anos, deixou a Europa e foi para Nova Iorque. Morou com seu tio por cerca de dois anos, estudou, e aprendeu o inglês. Seus tios, sem filhos próprios, e sem terem passado pelos horrores da guerra, queriam educá-la para que se tornasse uma dona de casa (*housefrau*) da burguesia euro-americana. Claudia, sentindo-se pouco compreendida, abandonou o lar dos tios.

Aos 17 anos, em 1948, foi morar sozinha: alugou um quarto no bairro do Bronx e como todo e qualquer imigrante que perdeu suas raízes, deu um duro danado para sobreviver e prosperar: trabalhava de dia e estudava humanidades à noite, para ampliar seu conhecimento de mundo. Nesse momento, não fazia a menor ideia do que “queria ser na vida”, apenas trabalhava para sobreviver. O clima cosmopolita e a imensa oferta de arte em Nova Iorque, com muitos museus, teatros, galerias e exposições, começaram a abrir seus horizontes e influenciá-la; ainda sem muita convicção, tentou a pintura. Dedicou-se ao abstrato, sua primeira forma de expressão, ou segunda, posto que ela escrevia poesias, quando criança, como forma de se exteriorizar.

Aos 18 anos, casou-se com um colega de escola, Julio Andujar, refugiado da Guerra Civil Espanhola. Pouco depois, ele se alistou no Exército dos Estados Unidos, para conseguir a cidadania americana. Foi enviado para a Guerra da Coreia, já como “soldado americano”. Com o casamento, abandonou seu nome de batismo – Claudine Hass – e passou a ser, definitivamente, Claudia Andujar. Quando seu marido retornou da Coreia, os dois se separaram, mas ela manteve o sobrenome Andujar, com o qual se identifica até hoje.

Em 1955, aos 24 anos, veio visitar sua mãe que havia se casado com um refugiado húngaro que vivia no Brasil. Claudia veio, viu e gostou: nunca mais saiu. Naturalizou-se brasileira em 1975. Aqui, ela se iniciou na fotografia. Primeiro, como forma de registrar sua nova vivência. Pouco depois, porém, transformou-a num meio de defender as causas em que se engajava, dentre elas, a defesa dos índios Yanomami, sua bandeira de luta há mais de 30 anos e que ainda tremula com ardoroso vigor.

Claudia Andujar é autora de uma dezena de livros – a maioria sobre os Yanomami. Suas fotografias fazem parte do acervo permanente de alguns dos principais museus do mundo, entre eles o *Museum of Modern Art*, de Nova Iorque (Estados Unidos); *Amsterdam Art Museum*, de Amsterdã (Holanda); Museu de Arte de São Paulo, de São Paulo (Brasil); *Art Museum*, de Houston (Estados Unidos); além da *Eastman House – Rochester*, de Nova Iorque (Estados Unidos); da *Fondation Cartier pour l'Art Contemporain*, de Paris (França); da *Lannan Foundation*, de Santa Fé (Estados Unidos) da *Maison Européenne de la Photographie*, em Paris (França); da Pinacoteca do Estado de São Paulo, de São Paulo (Brasil); do Museu de Arte Moderna de São Paulo e do MAC em São Paulo.

Ao longo de sua carreira de fotógrafa, participou de dezenas de exposições coletivas e outras individuais.

Apesar de todo esse currículo e do respeito que desfruta dos fotógrafos brasileiros e mundiais, é uma pessoa extremamente simples, avessa a badalações e, principalmente, bajulações. Recebeu-me de forma e roupas simples para a entrevista em seu apartamento. A conversa rolou informalmente por quase duas horas. Ao final, pedi para fazer uma fotografia para ilustrar a entrevista. Ela pensou um pouquinho e disse que achava melhor não: “Como sempre defendi a causa yanomami – e os considero meus parentes – mandarei para você uma fotografia antiga em que apareço ao lado de uma yanomami. Creio que essa fotografia seja a melhor forma de dizer aos seus leitores quem é Claudia Andujar e a causa a que ela se dedica.”

Assim foi feito. Quanto àquela pergunta embaraçosa (Como você gostaria de ser lembrada?), a primeira da entrevista, que ela disse ainda não haver pensado sobre isso e pediu um tempo para responder, a resposta veio dias depois, por e-mail: “Gostaria de ser lembrada como uma pessoa que vai até o fim quando acredita em algo.” A seguir, a entrevista com Claudia Andujar.



*Claudia Andujar com índia yanomami, na década de 70*

*Fotografia: Carlo Zacquini*

*Fonte: Acervo pessoal de Claudia Andujar*

## Entrevista

**Paulo Boni** – Claudia, como você gostaria de ser lembrada?

**Claudia Andujar** – (Pausas e suspiros...). Olha, sinceramente eu nunca pensei nisso. Você terá que esperar um pouco por esta resposta.

**Paulo Boni** – No início de sua carreira como fotógrafa, no Brasil, você fotografou indígenas e ofereceu essas fotografias para a revista *O Cruzeiro*, que as recusou. Depois você foi para os Estados Unidos e a imprensa americana as publicou. Como você se sentiu vendo maior receptividade ao seu trabalho nos Estados Unidos que no Brasil?

**Claudia Andujar** – De certa maneira, foi uma decepção ver que o Brasil não se interessava pelo meu trabalho. Temos que ponderar que, naquela época, poucas mulheres trabalhavam fora de casa, menos ainda as que faziam esse tipo de trabalho, o de visitar e fotografar grupos indígenas. Mas a recusa foi constrangedora. Me lembro que

um editor, com ar de desdém, me perguntou se com aquelas fotografias eu achava que estava descobrindo o Brasil. Foi uma sensação horrível, algo como se ele estivesse me enfiando uma faca. Jamais me esqueci desse episódio. Lembro dele com riqueza de detalhes até hoje.

**Paulo Boni** – Depois que voltou dos Estados Unidos, onde seu trabalho foi publicado e valorizado, você teve mais facilidade com a imprensa brasileira?

**Claudia Andujar** – O trabalho recusado pela imprensa brasileira refere-se a duas viagens que fiz, entre 1958 e 1959, para a Ilha do Bananal<sup>1</sup>, onde fotografei os índios carajás. Essas fotografias nunca foram publicadas no Brasil, nem mostradas em público. Mas ainda pretendo fazer isso, um dia. Apesar de haver trabalhado muito com fotografia no final dos anos 50 e início dos anos 60, não foi fácil ser reconhecida como fotógrafa no Brasil. Circunstancialmente, era mais fácil fora do país. Comecei a ser reconhecida como profissional no início dos anos 60, na Editora Abril, mais especificamente na revista *Realidade*. Antes, tentei fazer algumas coisas para a revista *Claudia*. Propus mostrar o Brasil que havia por trás das famílias brasileiras. Neste sentido, fiz uma reportagem em Diamantina (Minas Gerais) com uma família tradicional e muito religiosa, fiz outra com uma família de classe média paulista, outra com uma família de caiçaras do litoral paulista, e assim sucessivamente. Bom, quando eu mostrei o trabalho para o editor da *Claudia*, ele disse que poderia aproveitar alguma coisa, apesar de esse tipo de reportagem não ser o estilo da revista... Então, esse foi o meu início como fotojornalista no Brasil.

---

<sup>1</sup> Hoje, a Ilha do Bananal fica no estado do Tocantins. Na década de 50, quando a entrevistada fotografou os índios carajás, ela pertencia ao estado de Goiás, do qual foi desmembrado o território do novo estado, criado em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da última Constituição Brasileira. Trata-se da maior ilha fluvial do mundo, com 20 mil quilômetros quadrados de extensão, e é considerada um dos santuários ecológicos mais importantes do país, onde convivem os ecossistemas de cerrado e floresta amazônica. Localizada entre os rios Araguaia e Javaés, a maior parte da ilha está dividida em duas áreas de reserva ambiental: ao norte, o Parque Nacional do Araguaia; ao sul, o Parque Indígena do Araguaia, que abriga indígenas das etnias carajás e javaés.

**Paulo Boni** – Apesar dos percalços, nesse período você conheceu e trabalhou com alguns bons fotógrafos de imprensa. Houve algum – ou alguns – que exerceu influência profissional em sua formação?

**Claudia Andujar** – Conheci George Love, americano, nos Estados Unidos. Ele veio para São Paulo me visitar e acabamos casados. Começamos a trabalhar para a revista *Realidade* na mesma época, em 1965. Fomos bem recebidos na revista onde trabalhamos por cinco anos. Não éramos empregados da revista, mas todos os meses fazíamos algo.

**Paulo Boni** – E o George? Ele era empregado da *Realidade*?

**Claudia Andujar** – Não. Respondendo melhor sua pergunta anterior, em meados dos anos sessenta conheci vários fotógrafos e jornalistas profissionais que acabaram se tornando amigos. A turma da *Realidade* era excepcional, gente progressiva e lutadora. Nesse período, fiz muitos trabalhos que me deram satisfação. Me tornei uma espécie de “pau-para-qualquer-obra”: me mandavam para lugares complicados de fotografar, lugares fora do comum, e eu gostava muito disso. Aliás, eu até pedia para fazer coberturas politicamente ou socialmente fora do comum. E sempre conseguia, pois, nessa época, a Editora Abril, pelo menos a *Realidade*, oferecia abertura e condições de trabalho excepcionais para reportagens especiais. Nunca ninguém me falou que eu havia ficado tempo demais num lugar ou que havia gasto muitos filmes, coisas assim. Tinha uma liberdade extraordinária para trabalhar e penetrar nos ambientes mais diversos.

**Paulo Boni** – O que você e o George ganhavam na *Realidade* era suficiente, ou precisavam se desdobrar em outros trabalhos para manterem um padrão aceitável de vida?

**Claudia Andujar** – Bem, a gente não ganhava muito dinheiro, mas se virava. Eu e o George fazíamos outras coisas fora da *Realidade*, como dar aulas. Dava para viver com o que a gente ganhava com fotografias.



**Paulo Boni** – Perdoe-me a invasão, mas, financeiramente falando, como você faz para sobreviver hoje? Continua sobrevivendo da fotografia?

**Claudia Andujar** – É meio complicado de responder. Digamos que, hoje, estou mais conhecida do que remunerada. Muita gente reconhece meu trabalho, mas poucos pagam por ele. Eu me viro financeiramente. Sou aposentada. No ano 2000 fui premiada pela *Lannan Foundation*, de Santa Fé (Texas, Estados Unidos), com o *Lannan Prize for Cultural Freedom*, como “artist, human rights advocate and witness”.<sup>2</sup> A poupança feita através do prêmio me facilita viver até hoje. Atualmente também sou membro e fotógrafa da Galeria Vermelho, em São Paulo. Ela apresenta seus artistas em exposições na própria galeria, em centros culturais ou em instituições ligadas à arte, e vende suas obras para colecionadores. Temos um acordo de repassar para a Associação Yanomami, a *Hutukara*, pelo direito de uso de imagem, um percentual sobre a venda de obras em que os índios aparecem.

**Paulo Boni** – Desculpe o constrangimento. Bem, retornemos à sua trajetória como fotógrafa... Quando parou com o fotojornalismo, na década de 70, você o fez porque estava decepcionada com o jornalismo ou porque vislumbrou outras oportunidades?

**Claudia Andujar** – Olha, houve um momento em que praticamente todos da equipe da *Realidade* se demitiram. Era a época da ditadura militar, muita censura, muita repressão. Chegou um tempo em que achamos que era melhor “ir embora” e fomos. Para mim foi até mais fácil, porque eu não era empregada da revista. Os que eram funcionários e se demitiram merecem respeito especial: se demitiram por uma causa justa, a luta por liberdade de expressão. Minha última participação na *Realidade* foi com fotografias para um número especial da revista sobre a Amazônia.

---

<sup>2</sup> Mais informações sobre a instituição e o prêmio podem ser obtidas no *site* [www.lannan.org](http://www.lannan.org).

**Paulo Boni** – Salvo erro, foi a edição que trazia uma jovem índia na capa...

**Claudia Andujar** – Exatamente. Não sei se já comentei com você, mas o curioso é que quando eu saí para fazer a reportagem sobre a Amazônia, apesar da liberdade que tínhamos na redação, me foi falado para não fotografar índios. Talvez fosse alguma recomendação da censura federal, não sei, mas o pessoal da revista insistiu para eu não fotografar índios.

**Paulo Boni** – Eu havia lido que você viajou com outras pautas para cumprir, mas aí foram acontecendo coisas e você foi fotografando...

**Claudia Andujar** – Bom, é mais ou menos isso. O fato é que me foi falado para não fotografar índios na Amazônia.

**Paulo Boni** – Seria um receio da própria revista?

**Claudia Andujar** – Eu acho que o receio era maior, extrapolava a revista. Creio que o receio era da ditadura militar em ver estampado, numa das principais revistas do país, fotografias de miséria, de índios perseguidos e expulsos de suas terras. Acho que os militares tinham medo da repercussão disso no país e no exterior.

**Paulo Boni** – Isso foi no momento mais duro da ditadura, na época do *Brasil que vai pra frente...* do *Brasil: ame-o ou deixe-o*. Você se sentiu cerceada?<sup>3</sup>

**Claudia Andujar** – Sim. Muito.

**Paulo Boni** – Cerceada só pela revista, ou na produção autoral/individual você também sentiu dificuldades?

**Claudia Andujar** – Sim, obviamente todo mundo, em todos os setores, sentiu que era um momento de repressão no país. Apesar da repressão, consegui fazer alguns trabalhos autorais. Mas sofri muito nos anos 70.

<sup>3</sup> *Slogans* utilizados pela ditadura militar em campanhas publicitárias/ideológicas.

**Paulo Boni** – A ditadura militar a prejudicou financeiramente ou a atrapalhou na projeção de seu trabalho autoral?

**Claudia Andujar** – Sem dúvida, acabou me prejudicando mais no campo da produção autoral. Depois que saí da *Realidade*, me pautei em trabalhos autorais, sem data para começar ou terminar. Consegui umas bolsas para esse fim.

**Paulo Boni** – Eram trabalhos planejados?

**Claudia Andujar** – O que você chama de planejamento?

**Paulo Boni** – Trabalhos autorais com temas e objetivos definidos, pautas longas e bem elaboradas, sem a pressão do *deadline*...

**Claudia Andujar** – A minha pauta, minha inspiração e determinação era a de conhecer o povo brasileiro e, em especial, os yanomami. Queria, através do conhecimento, saber como o brasileiro pensa. Sempre gostei de fotografar gente.

**Paulo Boni** – Foi assim que você conheceu os indígenas?

**Claudia Andujar** – Foi, mas levou alguns anos. Fui pela primeira vez no território yanomami em 1971. Fui sem saber quanto tempo ficaria por lá. Fui com uma bolsa de estudos da Fundação John Simon Guggenheim, com duração de um ano. Bolsa é uma coisa legal porque você não tem tantos compromissos com horários, apenas com resultados. Na sequência, consegui outra bolsa da mesma fundação e pelo mesmo prazo, um ano. Com isso, ou seja, com o dinheiro das bolsas, passei mais de dois anos com os yanomami. É claro que tinha as idas e vindas para revelar os filmes, pois eles não podiam ficar muito tempo no calor e na umidade da Amazônia. Depois, consegui um terceira bolsa, também de um ano, da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Ou seja, ao todo, passei praticamente seis anos fotografando os yanomami e me apeguei a eles. Com relação ao dinheiro, nesse período, eu estava bem à vontade, pois além do dinheiro das bolsas, eu havia alugado o apartamento de São Paulo...

**Paulo Boni** – E por lá também não havia onde gastar o dinheiro, né? (risos)

**Claudia Andujar** – Não, não tinha não.

**Paulo Boni** – Foi durante esse tempo que houve um surto de sarampo entre os yanomami e a Funai (Fundação Nacional do Índio) ficou incomodada com sua presença, porque achava que você usaria as fotografias para mostrar essa realidade ao mundo?

**Claudia Andujar** – Foi justamente por conta disso que eu disse antes que havia sofrido com a repressão militar. Os militares se incomodaram com a minha permanência prolongada na Amazônia. Eu estava na área em que o governo estava construindo a rodovia Perimetral Norte, uma segunda iniciativa de “abrir” a Amazônia à ocupação populacional e industrial. Eu já havia conhecido a construção da Transamazônica, fotografando para a Editora Abril, em 1970. Em 1974, começaram as obras da Perimetral Norte, cujo objetivo era conectar o Atlântico ao Pacífico. Nessa época, nesse local e por causa dessa obra, minha visão de mundo mudou muito, pois testemunhei o que essa construção representou para os índios. Os yanomami tinham pouquíssimo contato com o mundo dos brancos e, como sempre acontece nos primeiros contatos, começaram as epidemias. A rodovia representou uma grande confusão para os índios: no início eles se sentiam atraídos pelo “novo”, mas logo perceberam que, para eles, a estrada representava a morte. Na época quase deixei de fotografar, passei a acompanhar os problemas de saúde que os afetavam. A essa altura os yanomami já me conheciam e me consideravam amiga. Houve uma ocasião (1976) em que fiquei sabendo que um grupo estava morrendo por sarampo num local distante – a cinco dias de caminhada a pé de onde estava, na ocasião Wakatha-u. Conhecia um pouco os hayawautheri. Na companhia de um colega de trabalho, um amigo que entendia mais de saúde que eu, fomos até eles. Foi a maior “excursão” da minha vida. Com essa e outras experiências, aprendi alguma coisa sobre saúde. Também aprendi o significado da contaminação em regiões sem controle e sem conhecimento a respeito de doenças trazidas

pelos “brancos”. Os xamãs não conseguiam curar ninguém. Foi uma experiência e tanto.

**Paulo Boni** – Havia ajudantes (mateiros, carregadores nessas viagens)?

**Claudia Andujar** – Havia sim. Os próprios índios que vieram pedir socorro nos ajudavam. Acho que deixei para trás minha câmera fotográfica nessa expedição. O fato é que não documentei os acontecimentos, me senti inibida. Encontramos uma situação catastrófica. Dias mais tarde a Funai soube da nossa viagem. Por conta disso, o pessoal da Funai pegou um helicóptero em Boa Vista (capital de Roraima) e foi até lá. Quando chegaram, ficaram muito desconfiados com minha presença. Ficaram pouco mais de duas horas no local e retornaram. Pouco tempo depois, um dos funcionários da Funai que havia ido até o local da epidemia veio me procurar dizendo para eu arrumar minhas coisas e me mandar. Disse que eu era uma *persona non grata*, que eles desconfiavam de mim e não queriam mais me ver por perto. Me deram dois dias para sair da terra yanomami. Eu não tive outra alternativa: arrumei minhas coisas e voltei para São Paulo.

**Paulo Boni** – Disseram qual o motivo pelo qual você estava sendo “convidada” a se retirar?

**Claudia Andujar** – Na época eu recebia constantes recados de que era uma *persona non grata* ao governo, e por isso fui “retirada” da terra dos yanomami. Saí meio às pressas. Até tive que deixar boa parte das minhas coisas lá. Eles desconfiavam que eu fazia espionagem. Sabiam que eu fotografava na região e pensavam que eu ia usar a fotografia como prova para detonar o trabalho da Funai e o governo.

**Paulo Boni** – Isso era a sua intenção, ou não?

**Claudia Andujar** – Não. Tanto que fiquei vários anos afastada dos índios e de Roraima. Me afastei da fotografia. Mas o episódio foi importante na decisão de me engajar no movimento de defesa da questão indígena no

Brasil, isso sim. Vários anos depois, quando retornei ao território yanomami, não tinha intenção de continuar a fotografar. Havia, de fato, me colocado como ativista da causa indígena. Fiz isso por mais de 20 anos. Fui expulsa de Roraima em 1977, mas permaneço trabalhando como ativista da causa até hoje. Coordenei a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) até o ano 2000. Em 1992, ocorreu a grande vitória: o território yanomami foi demarcado oficialmente. A terra foi reconhecida pelo governo como sendo deles.

**Paulo Boni** – Isso aconteceu no governo de Fernando Collor de Melo...

**Claudia Andujar** – Sim. Mas isso obviamente foi decorrência de um trabalho intenso e duradouro de muitos anos. Primeiro, eu me juntei, em São Paulo, a um movimento que já existia e que se chamava Comissão Pró-Índio. A maioria das pessoas desse movimento era de antropólogos; alguns índios também o frequentavam. Dentro dele, cada um podia assumir uma causa. Eu e outros formamos uma organização não-governamental (ONG), na época chamada de Comissão pela Criação do Parque Yanomami, a CCPY. A gente se organizou para conseguir recursos e desenvolver nosso trabalho de maneira formal, reconhecido por lei. Minha participação foi integral e me tornei uma ativista conhecida na causa. Nessa época, publiquei meu primeiro livro chamado *Yanomami*, lançado pela Editora Práxis, com fotografias que havia produzido anteriormente. Sentia que precisava publicar um livro positivo, com índios atraentes. Tanto é que, se você folhear esse livro, não encontrará nenhuma fotografia que retrate o desastre dos yanomami.

**Paulo Boni** – O desastre das epidemias?

**Claudia Andujar** – Sim. Naquele momento, achei que não era conveniente mostrar essa realidade. Isso poderia atrapalhar o trabalho de ativismo que estávamos fazendo. Coordenava o movimento e, politicamente, a gente tinha que tomar muito cuidado. Mais do que “detonar”, era preciso atingir o alvo, ou seja, conseguir simpatia à demarcação das terras indígenas.

**Paulo Boni** – Claudía, eu li que algumas pessoas reclamaram muito dessa luta e, principalmente de sua maior conquista, a demarcação das terras dos yanomami. Parece até que houve um militar que escreveu um livro denunciando que isso tudo era uma farsa...

**Claudia Andujar** – Sim, é verdade. O livro se chama *A farsa Yanomami*. Olha, naquela época, fui muito perseguida pelos militares que estavam na presidência e nas diretorias da Funai. Apesar de tudo isso, e graças a bons contatos políticos em Brasília, conseguimos a demarcação das terras. Mas em Roraima continuei odiada. Esse cara que escreveu sobre mim era de lá. Saíram tantas notícias negativas contra nosso trabalho que você nem imagina. Saiu publicamente que eu era uma espiã americana, depois que era uma espiã belga, coisas simplesmente absurdas. Eu não tenho nada haver com a Bélgica.

**Paulo Boni** – Isso atrapalhou o seu trabalho frente à Comissão? Retardou os resultados?

**Claudia Andujar** – Depende. Se por um lado atrapalhou, por outro muitas pessoas entendiam perfeitamente que o objetivo era defender os direitos humanos e os direitos indígenas. As denúncias contra o trabalho da CCPY não passavam de uma grande armação. Recebemos muito apoio, de dentro e de fora do Brasil, de organizações em defesa dos direitos humanos e indígenas.

**Paulo Boni** – Qual a sua relação com o índio Davi Yanomami?

**Claudia Andujar** – Relação de respeito e colaboração. Essa relação é uma coisa curiosa. Conheci o Davi, hoje muito respeitado no Brasil e no exterior, no dia em que ele foi junto com o funcionário da Funai que me “tocou fora” da terra yanomami. Davi, na época, era intérprete yanomami/português da Funai. Reencontrei-o depois de alguns anos quando a CCPY decidiu montar um escritório em Boa Vista. Ele me procurou. Disse que estava desconfiado da Comissão, que queria entender quem eu era e o que estávamos fazendo lá. Disse a ele que também o conhecia pouco, mas estava curiosa para entender o que ele

fazia. Expliquei que havíamos aberto o escritório para facilitar nosso trabalho com os yanomami e que ele poderia acompanhar tudo o que estávamos fazendo para ajudar seu povo. Bom, ele ouviu e foi embora. Dois ou três dias depois ele voltou e conversamos mais um pouco. Um ou dois dias depois ele voltou e conversamos novamente, cada vez mais demoradamente. Por fim, ele me falou: “Olha, eu acho que entendi o que você está fazendo.” E eu lhe disse: “Se você entendeu, ótimo. Assim, podemos até trabalhar juntos.” E foi justamente o que aconteceu. Nos anos 80, quando a campanha estava no auge, o Davi me acompanhou em reuniões de trabalho indigenista e começamos a viajar juntos. Ele se colocava como porta-voz do seu povo. Hoje, tenho o maior respeito por ele, e sei que ele também me respeita. No fim do ano passado, numa reunião da Associação Yanomami, a *Hutukara*, ele me disse que eu o ensinei a lutar.

**Paulo Boni** – Trabalharam juntos só pelo Brasil, ou ele também viajou com você para o exterior?

**Claudia Andujar** – Viajamos também para fora do Brasil. Ele foi comigo até a sede da ONU (Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque), onde ele fez um discurso.

**Paulo Boni** – Em português ou em yanomami?

**Claudia Andujar** – Em português e eu traduzi para o inglês. Fomos recebidos pela Comissão de Direitos Humanos e ele falou na Assembleia Geral da ONU. Depois fomos à Inglaterra, onde visitamos parlamentares. Lá havia uma organização não governamental que deu o maior apoio à causa, a *Survival International*. O Davi acabou recebendo um prêmio alternativo de direitos humanos por sua luta pela causa yanomami. Depois recebeu outro prêmio na ONU. Enfim, ele recebeu vários prêmios internacionais e ficou muito conhecido. Todo o mundo abriu as portas e esse trabalho e reconhecimento, com certeza, pesou para a gente conseguir a demarcação das terras.



**Paulo Boni** – E hoje, onde está o Davi? Fazendo o quê?

**Claudia Andujar** – Davi é presidente da *Hutukara* e no fim de 2010 estava fazendo preparativos para uma assembleia na região do Toototobi, onde tem parentes. Ele estava construindo uma maloca, que na Amazônia é chamada de “oca”, um lugar para receber pessoas de todos os cantos do Brasil, inclusive de fora. Por volta de mil yanomami participaram da assembleia. Davi, com a *Hutukara*, continua a lutar com toda sua força. Querem ter cursos de formação bilíngue, melhor acompanhamento na saúde e mais proteção do território. Quando as terras foram demarcadas havia muitos garimpeiros na área, cerca de vinte mil, e apenas quatro mil yanomami. Boa parte dos garimpeiros já foi retirada, mas alguns ficaram e ainda continuam por lá. Na verdade, foi um pouco por causa disso que o Collor decidiu demarcar as terras. Também foi decorrência da Eco Rio 92. Foi nela que o Collor anunciou a demarcação das terras yanomami. Foi uma tentativa de mostrar ao mundo que o seu governo respeitava os direitos indígenas.

**Paulo Boni** – Você tem um acervo de 100 mil imagens. Dessas, 60 mil são de índios. A maioria de yanomami...

**Claudia Andujar** – É, pelo menos a metade, talvez um pouco mais...

**Paulo Boni** – Você acredita que, agora ou no futuro, será possível contar a história do índio brasileiro sem as suas imagens?

**Claudia Andujar** – Não é a mim que você tem que perguntar isso. Eu gostaria de saber isso dos outros, dos estudiosos, das autoridades... Eu espero que as minhas imagens – e tantas outras, de outros fotógrafos – sejam utilizadas para recuperar e preservar a história dos índios no Brasil. Elas servem para esse fim, mas não sou eu quem pode decidir isso.

**Paulo Boni** – Talvez seja pura especulação minha, mas, provavelmente, muito do que você tem registrado em imagens já não existe mais, como algumas tradições, por exemplo...

**Claudia Andujar** – Em certas áreas do território yanomami há mudanças visíveis, não sempre negativas. O território é muito grande e nele há lugares onde, até hoje, os índios conservam sua cultura. Mas algumas coisas, em alguns lugares, sem dúvida mudaram. Hoje há escolas e postos de saúde e uma grande curiosidade pela vida do homem “branco”. Desde que começamos a lutar pela questão da terra, lutamos também pela saúde. O fato de termos montado um escritório em Boa Vista tem a ver com a saúde; queríamos acompanhar de perto essa questão. Há alguns anos o governo, através da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), assumiu a responsabilidade pela saúde dos índios no Brasil, mas o trabalho não anda do jeito que deveria.

**Paulo Boni** – E isso a deixa triste?

**Claudia Andujar** – Ah, sim. Especialmente agora, com a volta dos garimpeiros...

**Paulo Boni** – Uma nova invasão?

**Claudia Andujar** – Sim, uma nova ocupação da terra yanomami, mas não do tamanho que era nos anos 80.

**Paulo Boni** – Você acredita que um outro fotógrafo passaria tudo o que você passou, faria tudo o que você fez para fotografar índios no Brasil?

**Claudia Andujar** – Essa é outra questão que eu não posso responder. Não sei. Tem uma fotógrafa, a Rosa Gauditano, que está envolvida com a questão dos xavantes. Bem, pelo que sei, ela não passou tanto tempo entre os índios, mas pode ser que existam outras pessoas e eu não esteja sabendo. Provavelmente eu não seja a única, não.

**Paulo Boni** – Eu fiz essa pergunta porque os tempos mudaram. Seu trabalho foi intenso e extenso, com muitas privações pessoais. Hoje, pelo que sei, os fotógrafos programam seus trabalhos para um ou dois meses de atividades *in loco*, um pouco diferente do que você fez, que

morou com os índios, comeu o que eles comiam, dormiu como eles dormiam, envolvendo-se profundamente na sua cultura.

**Claudia Andujar** – De fato, os tempos mudaram. Mesmo assim, tenho uma visão muito clara de que não era e não sou a única a me envolver profundamente com índios. Nos anos 80, começaram a se formar grupos de ativistas em defesa dos direitos indígenas. Eles abriram novos caminhos de luta. Entre eles, fotógrafos, sociólogos, antropólogos, artistas plásticos, missionários. Cada um, com sua linguagem, encontrou maneiras de se expressar.

**Paulo Boni** – Certo. Independente disso, você é uma espécie de “missionária”. Parece que para você os yanomami se tornaram mais importantes que a própria Claudia...

**Claudia Andujar** – Na visão de quem? Certamente, não na visão do governo do Lula.

**Paulo Boni** – Não. Estou me referindo à sua visão. Eu quis dizer que, ao que tudo indica, para você a missão da Claudia é mais importante que sua vida particular.

**Claudia Andujar** – Para mim, faz parte do meu passado e presente.

**Paulo Boni** – E agora, Claudia, dá para responder aquela pergunta: como é que você gostaria de ser lembrada?

**Claudia Andujar** – Eu vou ter que pensar ainda...

**Paulo Boni** – Está bem. Enquanto você pensa, vou provocá-la. Eu sei que você não é antropóloga, mas suas fotografias estão sendo utilizadas para estudos em antropologia visual. Isso a incomoda?

**Claudia Andujar** – Não, não me incomoda. Não sou antropóloga, meu trabalho nunca pretendeu ter um viés antropológico. É fruto de uma curiosidade intrínseca, de desejo de compreensão do outro e de mim mesma. Foi o que propiciou o meu envolvimento, minha dedicação à causa indígena. É um trabalho cheio de emoção. (pausa, reflexão e suspiros) “Considero os yanomami meus parentes...”

**Paulo Boni** – Permita-me fazer uma analogia, para apimentar a nossa conversa. Na década de 40, outra mulher, a Margaret Mead, que não era exatamente uma fotógrafa, passou cerca de dois anos morando, estudando e fotografando uma aldeia na Polinésia. Depois, ela e o Gregory Bateson publicaram um livro chamado *Os argonautas do Pacífico*, no qual relatam suas experiências e mostram suas fotografias. Esse trabalho passou a ser considerado de antropologia visual, em razão de eles haverem feito um mergulho, uma imersão naquela cultura. Primeiro ganharam a amizade e a credibilidade, para que depois pudessem fotografar a comunidade como se fossem velhos amigos, pessoas da família. Um autor atual, Luís Eduardo Robson Achutti, de Porto Alegre, que também é fotógrafo, defende que todo antropólogo deveria ser um pouco fotógrafo e que todo fotógrafo deveria ser um pouco antropólogo...

**Claudia Andujar** – Tudo bem, concordo. Conheço um pouco o trabalho de Margaret Mead, mas não o suficiente para conhecer sua história pessoal.

**Paulo Boni** – Bem, vamos pensar assim: talvez nesse momento você assuma não haver feito seu trabalho fotográfico pensando em antropologia visual, mas provavelmente, agora e no futuro, seu trabalho seja uma importante forma de recuperação antropológica de um povo...

**Claudia Andujar** – Olha, tem uma coisa que eu quero colocar... Hoje, apesar de ser publicado em livros, como antropologia, e mostrado em exposições, meu trabalho está aqui (aponta para estantes e armários, na sala de estar de seu apartamento). Tenho a preocupação de mantê-lo e digitalizá-lo, não somente para alimentar a antropologia visual, mas para os próprios yanomami. Desde que comecei a trabalhar nessas imagens, na década de 70, muita coisa mudou com as novas gerações. Apesar disso, o intuito dos yanomami em manter a sua cultura é forte. Este sentimento ainda hoje é marcante. No Brasil, um país de população multiétnica, eles consideram-se yanomami brasileiros. Provavelmente no futuro o modo de viver deles mude. Incorporem tecnologia e conhecimentos novos na comunicação, incorporem o português como

sua segunda língua. Pode ser que deixem de viver em malocas, que se aproximem mais do homem branco, quem sabe? Muito vai depender da maneira com que essas mudanças sejam feitas, do respeito à sua cultura e do modo e tempo com que essa transição seja implementada. Se isso acontecer, eu me pergunto: “E lá vão querer saber como viviam os yanomami que conheci na década de 70?” Manter uma memória de tudo isso me parece importante!

**Paulo Boni** – Desculpe! Se eu entendi bem, você está falando de seu acervo. Você pretende deixá-lo com os yanomami?

**Claudia Andujar** – De certa maneira quero deixar o acesso a meu acervo aberto para eles.

**Paulo Boni** – Mas com alguma garantia de que ele será preservado, naturalmente?!

**Claudia Andujar** – Exatamente. Já faz alguns anos que estou trabalhando com essa perspectiva, inclusive tentando levantar recursos para digitalizá-lo. Até hoje, consegui pouco, mas continuo trabalhando nisso. Por enquanto meu acervo, em grande parte, está aqui, em casa, organizado em forma de negativos, contatos, cromos e parte em ampliações. Quero ver se consigo verba para digitalizá-lo e disponibilizá-lo, pelo menos a parte yanomami, num lugar em que possam ter acesso fácil. Assim, se um dia eles tiverem curiosidade em saber como viviam seus antepassados, terão essas imagens digitais à disposição. Deixar essa herança da memória étnica para os yanomami me preocupa tanto quanto deixar os originais em lugar seguro para ser lembrada por estudiosos da cultura indígena, por alguma fundação, instituto, ou museu de arte.

**Paulo Boni** – Deixa ver se entendi bem: você sabe da importância de suas fotografias para a recuperação histórica da vida e das transformações do povo yanomami. Mais que isso, você quer que suas fotografias sejam vistas, lembradas e, inclusive, utilizadas para a construção histórica dessa trajetória.

**Claudia Andujar** – Sim, pelos yanomami e outros interessados na história cultural dos povos primeiros.

**Paulo Boni** – Claudia, desculpe minha indignação. Essa pergunta, inclusive, você pode responder ou não. Eu gostaria de saber como se sente, hoje, uma pessoa que dedicou a vida para registrar os yanomami, que passou mais de 20 anos lutando e se expondo para a criação da Terra Indígena Yanomami, e não consegue apoio financeiro, público ou privado, para digitalizar seu acervo. Isso não é constrangedor?

**Claudia Andujar** – Sem dúvida. Gostaria de digitalizar meu acervo fotográfico para poder disponibilizá-lo, não só para os yanomami, mas também para quem manifestar interesse em acessá-lo. E se o acervo original (negativos e cromos) fosse guardado num museu, instituto ou fundação, seria ótimo. Gostaria de realizar esse meu sonho...

**Paulo Boni** – Faz parte desse sonho algum museu yanomami? Ou centro de tradições yanomami?

**Claudia Andujar** – Seria ótimo, claro. Mas para isso, realmente, teria que ter um apoio grande de gente que acredita que seja importante construir um Centro de Cultura Yanomami. Para isso, será necessário prever também a manutenção desse espaço. No passado, fui procurada pelo Instituto Moreira Salles, para vender meu acervo. Não me convenceram. Atualmente estão trabalhando com mais abertura e condições de adquirir acervos. Estou colaborando atualmente com o Instituto Inhotim, de Minas Gerais, para criarmos um pavilhão com meu trabalho yanomami. Seria no meio do lindo jardim botânico que eles têm.

**Paulo Boni** – No Instituto Moreira Salles, pelo menos, você tem a garantia de que seu acervo será preservado...

**Claudia Andujar** – Concordo. Sei que lá cuidam bem de acervos fotográficos, em lugares climatizados, isso é verdade, e pretendem transformar o local em museu. Estamos conversando de novo. Com tudo

isso, ainda desejo ter a garantia de que um acervo digital seja disponibilizado, gratuitamente, aos yanomami, e a venda de suas imagens se submeteria a acordos colocados em contrato. Vamos ver até onde chego!

**Paulo Boni** – Claudia, eu sou acadêmico e tenho comigo que você ainda será muito estudada pela academia...

**Claudia Andujar** – Ótimo!

**Paulo Boni** – E que suas fotografias serão muito utilizadas...

**Claudia Andujar** – Não tenho nada contra, nada. Ao contrário, só gostaria de assegurar que os yanomami tivessem acesso ao acervo digital, tivessem respeito as suas imagens. Até o último dos meus dias estarei lutando para assegurar isso.

**Paulo Boni** – A Claudia sempre foi uma pessoa totalmente sem ambições?

**Claudia Andujar** – Não. Tanto que eu tinha a ambição de conseguir a demarcação das terras dos yanomami, e conseguimos.

**Paulo Boni** – Isso me parece mais uma missão...

**Claudia Andujar** – É difícil separar uma da outra. Pode ser uma ou outra, como você preferir. E meu desejo de assegurar o acesso dos yanomami às minhas fotografias, o que lhe parece: uma missão ou uma ambição?

**Paulo Boni** – (Risos) Parece que estamos invertendo os papéis... Mas eu acredito que seja missão... Aproveitando o ensejo, gostaria de retomar o enfoque à antropologia visual. Eu sei que já houve comparações do seu trabalho com o do Edward Sheriff Curtis, dos Estados Unidos. Ele também não tinha nenhuma ambição antropológica quando fotografou os índios americanos. Mas, hoje, não fossem suas fotografias, seria muito mais difícil recuperar, contar e preservar a história dos índios...

**Claudia Andujar** – Você sabe que ele fez aquelas fotografias quando os índios já haviam abandonado alguns costumes e tradições. Ele recriou alguns aspectos, cenários... Você sabe disso?

**Paulo Boni** – (Risos, novamente) Sei que ele refez algumas pinturas indígenas e cocares. Mas creio que ele tenha feito isso preocupado em preservar em imagens uma tradição que estava se perdendo. Hoje, o conjunto de suas fotografias é considerado um trabalho de antropologia muito forte. É uma forma desta e das futuras gerações estudarem e saberem dos índios americanos. E tenho comigo que suas fotografias serão utilizadas com a mesma finalidade e eficácia.

**Claudia Andujar** – Não tem problema, eu não tenho nada contra, tudo bem. Só vou repetir a mesma coisa: gostaria de garantir que os índios tenham acesso às imagens digitais. Gostaria que as gerações futuras pudessem conhecer seus antepassados por meio desse trabalho.

**Paulo Boni** – Certo. Contudo, no meu modo de ver, isso deveria ser uma ação organizada, executada por uma fundação ou similar. Eu sou temeroso de deixar um acervo com essa magnitude de importância em mãos de pessoas individuais. Até o Davi, que luta pela causa yanomami, é passageiro, mais dias menos dias ele morre...

**Claudia Andujar** – Claro. Seria uma loucura total mandar meus negativos para Roraima e dizer “bom, agora vocês cuidam disso”. Eles não têm condições de fazê-lo, pelo menos agora. Pior ainda. Segundo a cultura yanomami, quando alguém morre, tudo que diz respeito a essa pessoa deve ser destruído. É complicado, não sei direito o que Davi iria fazer com as fotografias. Desde algum tempo, ele usa um livro meu para mostrar aos que visitam o escritório da *Hutukara*, em Boa Vista. Segundo ele, o livro é a maneira mais fácil dos visitantes conhecerem algo a respeito da cultura. Já é um passo positivo.

**Paulo Boni** – Claudia, foi uma honra entrevistar você. Com entrevistas, a **Discursos Fotográficos** está tentando recuperar e valorizar os bons nomes da fotografia brasileira.



**Claudia Andujar** – Eu agradeço vocês me considerarem um bom nome da fotografia brasileira. Para encerrar, gostaria novamente de dizer que além do compromisso com a fotografia, eu tenho um envolvimento muito pessoal com os yanomami. Eu os considero meus parentes.

**Paulo Boni** – Você diria, fazendo uma análise fria, que a fotografia brasileira está num bom momento, ou passa por uma fase ruim?

**Claudia Andujar** – Acho que a fotografia brasileira passa por um bom momento, exceto o fotojornalismo.

**Paulo Boni** – Bem, nesse caso, parece que não é só o fotojornalismo. O próprio jornalismo passa por um mau momento em termos de qualidade e diversidade.

**Claudia Andujar** – É, acho que é isso mesmo.

**Paulo Boni** – Dentro da proposta da revista, a de reconhecer e valorizar o trabalho de bons nomes da fotografia brasileira, tem alguma coisa que você considera importante dizer e eu não perguntei? O que é importante *da* ou *para a* Claudia Andujar?

**Claudia Andujar** – Apenas que eu quero continuar meu trabalho e ter a possibilidade de divulgá-lo. Sempre tive um envolvimento forte e pessoal com as pessoas que fotografei. Meu envolvimento principal sempre foi o de conseguir entender o outro. Assim também a gente aprende a se conhecer e crescer. Para mim, esse é o único jeito de fotografar.

**Paulo Boni** – Se arrepende de ter feito ou de não ter feito alguma coisa?

**Claudia Andujar** – Não.